

## **O ENSINO DE “INOVAÇÃO” NA ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS, TURISMO E TECNOLOGIA EM GESTÃO: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS**

### **Raquel da Silva Pereira**

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP  
Professora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS  
raquelspereira@uol.com.br (Brasil)

### **Ivaldo Donizeti Franco**

Mestrando em Administração na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS  
Professor da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC  
ivaldo.franco@fatec.sp.gov.br (Brasil)

### **Luiz Carlos Barnabé de Almeida**

Mestrando em Administração na Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS  
Professor da Universidade Nove de Julho – UNINOVE  
lcbalmeida@gmail.com (Brasil)

### **Isabel Cristina dos Santos**

Doutora em Engenharia da Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – EPUSP  
Professora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS  
isa.santos.sjc@gmail.com (Brasil)

## **RESUMO**

A literatura contemporânea na área de administração de negócios enfatiza a importância do ensino da inovação aos futuros profissionais das ciências gerenciais, visando capacitá-los para, também, gerir a mudança tecnológica. O objetivo desta pesquisa é examinar a oferta de disciplina relacionada à inovação, pelas Instituições de Ensino Superior, na área de Administração, Contábeis e Turismo, na graduação e nos cursos tecnológicos de Gestão, recomendadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa exploratória, com delineamento documental. A amostra que compõe esta pesquisa foi obtida a partir da análise das instituições que oferecem disciplina cujo título contenha o termo “Inovação”. A partir desta amostra foram examinadas as ementas e respectivas bibliografias, obtidas nos *websites* das instituições de ensino. Foram realizadas buscas no banco de dados do e-MEC. Para efeito de fundamentação teórica esta pesquisa está baseada na Teoria do Crescimento Endógeno e no conceito schumpeteriano de desenvolvimento econômico baseado na inovação. Assim, dadas às bases teóricas de referência e a análise dos conteúdos descritos nas matrizes curriculares examinadas, pode-se observar um distanciamento entre a emergência do debate da inovação nos cursos que visam formar os profissionais nas atividades de administração, contabilidade e turismo, em nível de graduação e nos cursos tecnológicos de gestão e suas respectivas grades programáticas. De acordo com o resultado da amostra estudada, é possível inferir que, nos citados cursos, não haja ênfase no ensino da inovação, o que induz à conclusão da existência de uma lacuna no aprendizado da gestão de empresas cujo foco de negócio seja a inovação.

**Palavras-chave:** Inovação; Administração; Ensino Superior; Conhecimento.

## 1. INTRODUÇÃO

Estudos recentes no campo da Economia indicam que o modelo teórico de desenvolvimento econômico deste novo século está atrelado às inovações. A competitividade de nação também pode ser avaliada pela sua capacidade em gerar conhecimento científico, gerencial e tecnológico que projete o país como uma nação exportadora de produtos com alto conteúdo tecnológico. Sendo assim, as IES – Instituições de Ensino Superior - e os Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão são fontes de produção e estoque de conhecimento, sólidos fundamentos para gerar inovação.

Segundo define a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2004, p. 31), “dentro de uma economia baseada no conhecimento, a inovação parece desempenhar um papel central”. Assim, torna-se relevante estudar o tema no contexto daquilo que está sendo ensinado nos cursos superiores. Uma lacuna foi observada quando da análise dos textos sobre inovação. Os textos identificados estão mais relacionados à gestão das empresas e pouco ao ensino, o que gera a dicotomia entre o ensino e a pesquisa, atrelada às organizações, especialmente as que investem em Ciência e Tecnologia.

No referencial teórico deste texto apresenta-se o conceito de ciência econômica, as características das necessidades humanas ilimitadas e os bens econômicos como fonte de atendimento. A literatura consultada indica os fatores de produção, considerados pela escola econômica clássica e neoclássica como sendo limitados e fundamentais na produção dos bens. Esse pensamento levava ao entendimento de que a sociedade humana está condenada à eterna escassez, inviabilizando a sobrevivência futura no planeta Terra.

Este trabalho é baseado nos trabalhos de Joseph Schumpeter, divulgados nas décadas de 1930 e 1940; Peter Drucker, anos 1960; e Paul Romer durante a década de 1980. Em comum, as obras destacam que os novos recursos produtivos necessários ao Crescimento Econômico, em particular o "conhecimento", como fonte de inovação. Outro recurso produtivo que passou a ser ponderado é o institucional, com especial atenção ao relacionamento interorganizacional, estabelecido entre as instituições financeiras e as educacionais, orientado para a inovação.

Este artigo foi delineado com o objetivo de compreender a inovação na interação entre as IES e as empresas. Para tanto, optou-se por uma pesquisa exploratória, pautada pela pesquisa documental em mídia eletrônica, nas fontes primárias de informação. O tratamento dos dados baseou-se em análise de conteúdo. A orientação da investigação foi definida pela seguinte questão central: *em que medida os cursos superiores brasileiros de Administração, Ciências Contábeis, Turismo e Tecnologia em Gestão estão oferecendo oportunidade e conteúdo de debate e aprendizado em inovação?*

## 2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Pelos efeitos sistêmicos, considera-se o tema inovação transversal à Teoria do Desenvolvimento Econômico (Schumpeter, 1982), segundo a qual a destruição criativa, na qual o empreendedor tem papel-chave, é o embrião do surgimento de novas indústrias. Portanto, este trabalho examina a matriz curricular dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Turismo e de Tecnologia em Gestão à luz da contribuição de diversos autores (Langoni, 1975; Lemos, 1999; Martinez, 2003; Siqueira, 2003; Parkin, 2009; Souza, 2009; Suzigan, Albuquerque e Cario, 2011).

Porém, é fato, que a indústria existe para prover as necessidades humanas, que têm caráter contínuo e crescente em razão do círculo virtuoso do crescimento industrial, que, resumidamente, ao produzir gerar empregos e renda, o que significa capacidade de consumo, e o poder aquisitivo sacia necessidades, porém revela desejo de consumo por itens cada vez mais sofisticados. Assim sendo, este estudo também associa brevemente a inovação com os conceitos clássicos de Adam Smith (1723 – 1790); David Ricardo (1772 – 1823), Thomas Malthus (1766 – 1834), perpassando pela Hierarquia das Necessidades Humanas de Abraham Maslow (1908 – 1970).

### 2.1 As necessidades humanas

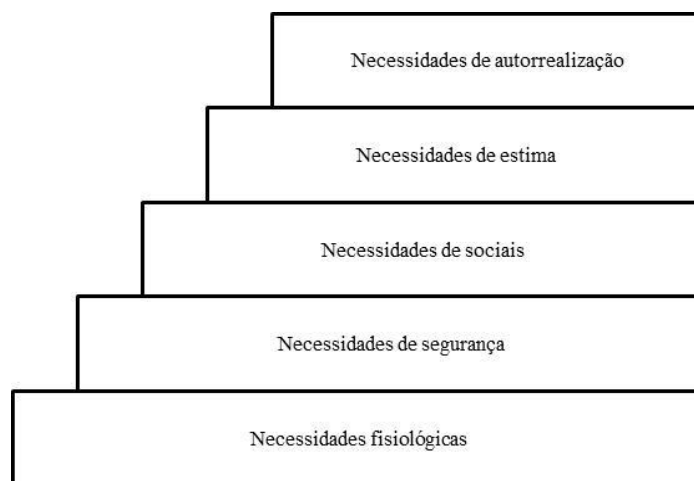
Uma das mais importantes características do conhecimento científico é sua propriedade de acumulação (Bertero, Caldas, Wood Jr., 2005). A acumulação de conhecimento é formadora de competências e amplia a capacidade de resolução de problemas, alguns dos quais diretamente relacionados à sobrevivência humana. Sendo assim, buscou-se apoio na literatura sobre as necessidades humanas que, para serem atendidas, desde as fisiológicas, que asseguram a sobrevivência, bem como todas as demais dependem da oferta de bens livres e bens econômicos.

Na década de 1940, Maslow estruturou a Teoria da Hierarquia das Necessidades Humanas que, conforme descrevem Martinez e Paraguay (2003), contribui para o entendimento do que, porque, quando, onde e como atender as necessidades humanas. As necessidades humanas são passíveis de serem categorizadas e organizadas em cinco níveis ascendentes: a) fisiológicas – relacionadas à sobrevivência e à homeostase do organismo; b) de segurança – relacionadas à segurança tanto física como emocional, familiar e social; c) sociais ou associativas – representadas pelo desejo de interagir socialmente, ser estimado e aceito, de pertencer a um grupo, de ter amigos e de amor; d) de estima – diz respeito à necessidade do indivíduo em manter a autoestima e ter a estima de outros, de desenvolver sentimentos de confiança, valor, capacidade, poder, prestígio, de ser útil e necessário; e, e)

de autorrealização – dizem respeito ao autodesenvolvimento e à tendência dos indivíduos em tornar reais os seus potenciais.

À medida que as primeiras necessidades básicas sejam satisfeitas, surgem necessidades dos níveis seguintes, até se chegar às mais elevadas. Porém, esta hierarquia não é rígida, necessidades mais elevadas podem surgir antes das mais básicas terem sido completamente satisfeitas, pois estes níveis podem ser interdependentes ou justapostos, avaliam Martinez e Paraguay (2003), referindo-se aos estudos de Maslow.

A Figura 1 apresenta a Pirâmide da Hierarquia das Necessidades Humanas, concebida por Maslow.



**Figura 1** – Hierarquia das Necessidades de Maslow

Fonte: Caravantes, Panno, Kloeckner (2005)

Corrêa (2012) destaca as obras de Richard Barrett (2006) e Ken Wilber (2010) para justificar duas importantes reflexões acerca das necessidades humanas e do desenvolvimento da consciência pessoal, respectivamente: a) que as necessidades, a cada nível alcançado, evoluem e se sofisticam, conferindo o indivíduo uma percepção diferenciada do mundo, induzindo o indivíduo a um nível de desenvolvimento e, b) transcendência do individual para o bem-estar coletivo. Os autores citados por Corrêa (2012) consideram que o ser humano, após o atendimento das suas necessidades básicas, rumo para o alcance do bem comum, fugindo à fixação do individualismo para concentrar-se em atividades que lhe garantam fazer a diferença para a coletividade.

O debate mais recente sobre as necessidades humanas é promissor frente ao conjunto de dificuldades que o consumismo desenfreado causou para a própria humanidade e para o ambiente. Uma vez que a formação de uma consciência pessoal caminhe para consciência organizacional, foco da pesquisa de Corrêa (2012) cabe ressaltar que, da mesma forma como as grandes revoluções

tecnológicas solucionaram problemas de escassez de produtos, deve-se supor que a inovação seja a força motriz para a produção ecorresponsável e corrija transtornos criados no processo produtivo.

## 2.2 Os bens

O termo “bens” pode ser entendido como algo que atende as necessidades humanas atuais e futuras. Com a exclusão de uma pequena quantidade de bens, classificados como livres ou naturais (sol, chuva, ar), todos os outros *devem ser produzidos*. Os bens produzidos são chamados de “bens econômicos”.

Os economistas classificam os bens de várias maneiras. Assim, também, os relacionados pela Constituição da República Federativa Brasileira, de 1988 e pelo Código Civil Brasileiro.

Neste estudo adota-se a tradicional classificação: bens de consumo, e de capital ou de produção. O primeiro serve para atender as necessidades humanas diretamente e o segundo para produzir novos bens de consumo ou de capital.

A produção de bens deve ser focalizada no atendimento de necessidades atuais e emergentes da sociedade. Mas, de acordo com a evolução das necessidades e dos hábitos de consumo, é imperioso acompanhar a evolução da sociedade, inclusive no sistema de crenças que regulamente a utilização adequada dos recursos naturais.

## 2.3 Os fatores de produção ou recursos produtivos

Para a produção dos “bens econômicos” é imprescindível contar com os recursos produtivos também denominados de fatores de produção. Os fatores tradicionais de produção têm sido definidos como: mão de obra qualificada e “barata”; matéria-prima abundante, presença de mercado de consumo e capacidade para geração de externalidades positivas. Porém, a Ciência Econômica moderna passa a considerar o *conhecimento como um fator produtivo* importante fonte da inovação.

E os recursos naturais foram redefinidos como “*ecológicos*” (estudo dos seres vivos e o meio ambiente subdivididos em: a) fatores bióticos, formados pela fauna, flora e microrganismos, ou seja, animais, plantas e bactérias; e, b) fatores abióticos: são os fatores externos como o solo, a água e atmosfera - o sol, o gelo, o vento. Esses fatores se localizam em um ecossistema, onde ocorre um conjunto de relacionamentos que os fatores bióticos e abióticos mantêm entre si em um determinado espaço. Todos os ecossistemas do planeta Terra formam a biosfera. Essa abordagem bioeconômica é a base da hoje denominada Economia Ecológica, que viria a se consolidar

efetivamente, como corrente teórica, nos anos e 1980, com a fundação da ISEE - *International Society for Ecological Economics*, em 1988, e com a criação da revista *Ecological Economics*, em 1989.

Os outros recursos produtivos considerados pela Ciência Econômica são o capital humano, capital físico, e o saber fazer denominado e tecnológico.

## **2.4 O conceito de ciência econômica**

E a ciência que, ao observar o homem com necessidades ilimitadas, aponta que tais necessidades são atendidas mediante os bens. Porém, poucos são os bens oferecidos pela biosfera, de forma natural, e que possam ser categorizados como ilimitados. No entanto, estes bens não bastam para manter a sobrevivência do ser humano.

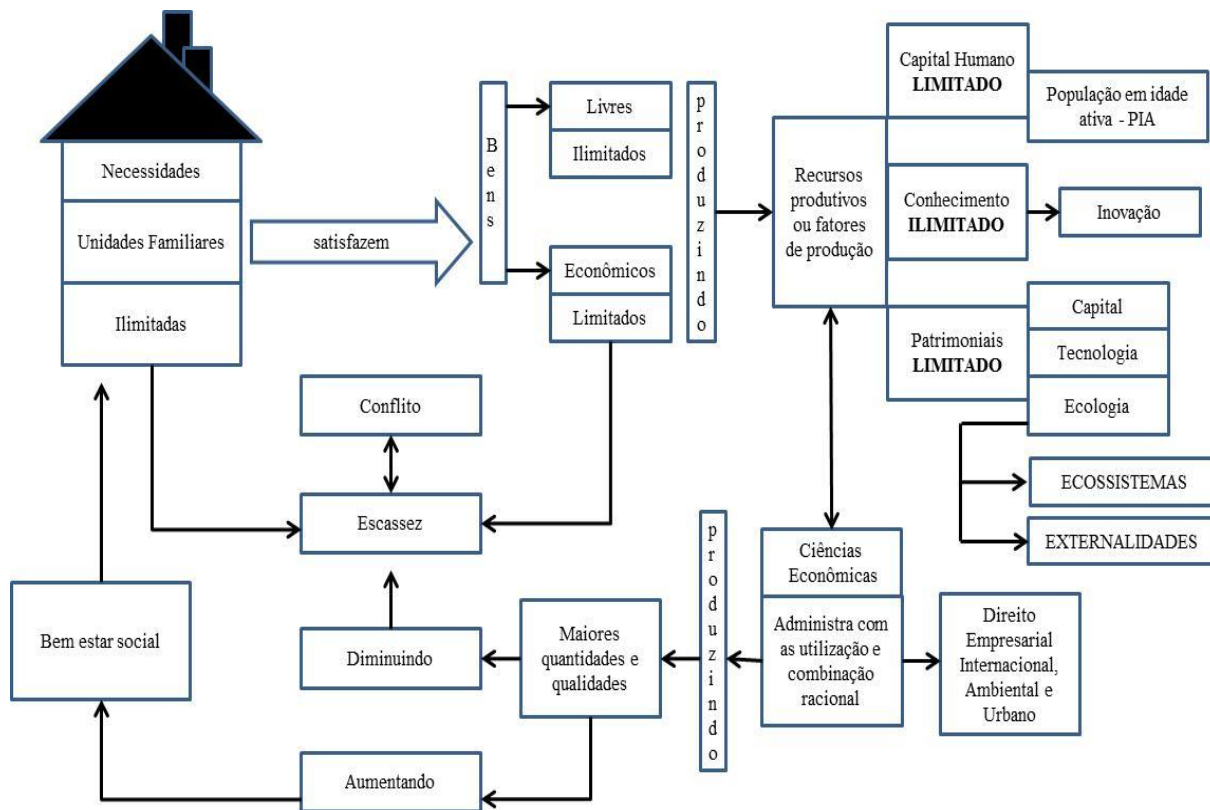
A grande maioria dos bens necessários para atender as necessidades humanas tem que ser produzidas pelo próprio homem e levam o nome de “bens econômicos”.

Os fatores utilizados para a produção, exceto o conhecimento, são limitados, logo irão gerar bens econômicos limitados para atender necessidades ilimitadas, resultando escassez permanente.

Com o objetivo de diminuir, administrar a escassez, a Ciência Econômica, utilizando-se de leis, teorias, criadas por modelos e dentro dos princípios adotados por cada sociedade, busca combinar e utilizar os fatores de produção, respeitando os limites dos ecossistemas disponíveis, produzindo uma maior quantidade e qualidade de bens econômicos, buscará uma distribuição equitativa dos bens produzidos. Estas ações levarão a uma diminuição da escassez e do conflito e uma melhoria do bem-estar social, estima Almeida (2012).

A Figura 2 sintetiza o conceito de ciência econômica.





**Figura 2 - Modelo Representacional de Ciência Econômica**

Fonte: Almeida (2012)

Existe um conflito natural entre o volume de necessidades humanas e a limitação dos recursos que participam do processo produtivo. Portanto, a adoção de modelos inovadores, que permitam adotar um conjunto balanceado de técnicas de controle de processo produtivo, como a Gestão da Qualidade, e de gerenciamento dos fornecedores, como sistemas de cooperação, tende a reduzir esse conflito.

## 2.5 As teorias do crescimento econômico

“O crescimento econômico é uma expansão sustentada das possibilidades de produção medidas com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) real ao longo de um determinado período”, afirma Parkin (2009, p. 552).

Para que haja a expansão das possibilidades de produção de bens econômicos, é necessário que os recursos produtivos denominados de fatores de produção aumentem quantitativa e qualitativamente, sendo que sua maior eficiência econômica dependerá da inovação utilizada em cada um deles.

A importância e as prioridades dadas a cada um dos recursos produtivos é o que irá diferenciar as teorias de desenvolvimento econômico no decorrer da história, as quais se dividem em três fases.

A primeira fase do desenvolvimento econômico foi o início dos estudos da economia política (século XVIII até 1930) e as causas consideradas para o crescimento econômico eram o aumento físico dos capitais como máquinas, equipamentos, áreas fabris, descobertas de novas fontes de recursos naturais (matérias primas) e o aumento quantitativo de trabalho humano.

Como lembra Siqueira (2003), os clássicos como Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus mencionam a tecnologia e as habilidades dos trabalhadores para o aumento da produção de bens econômicos, mas não como fator relevante. Para esses estudiosos o estado da arte era mantido constante.

A função produção poderia ser representada da seguinte forma:  $Y = f(K, N, L, T)$

Onde:

- O Y representa a produção agregada, o mesmo que renda agregada ou Produto Interno Bruto (PIB), que “depende” ou está “em função” de K (capital), de N (recursos da natureza ou terra), de L (trabalho, labor) e de T (tecnologia).

O crescimento econômico é o aumento de Y que depende, para os clássicos, do aumento de K (capital), de N (terra) e L (trabalho quantitativo), pois T (tecnologia) não era considerada.

No segundo período (a partir de 1930), o fator humano passa a ser analisado não só como um aumento quantitativo, mas, na sua participação do crescimento econômico de maneira qualitativa.

Estudos comprovam que a educação, o treinamento e a saúde influenciam a capacidade produtiva humana, atesta Langoni (1975). A Figura 3 associa a valorização do capital humano.



**Figura 3** – Valorização do Capital Humano

Fonte: Elaborado pelos autores



Langoni (1975), afirma que a contribuição líquida da educação no crescimento do PIB foi, entre 1950 e 1962, de 23% nos EUA e de 10% na França. O autor ressalta que no Brasil somente no período de 1960 a 1970 é que se observa 15,7% de contribuição da educação no PIB, com a participação do Capital (K) de 32% e do Trabalho (L), de 47%, incluindo neste os 15,7% da educação. Os restantes 21% são atribuídos ao progresso técnico, portanto, à inovação. Neste período, o fator humano passa a ser denominado de capital humano, subdividido em trabalho e capacidade empresarial.

Os fatores de desenvolvimento acelerado levaram muitos países tais como o EUA, a Alemanha, o Japão e a Coreia do Sul, na década de 1970 a investir no capital humano em educação, em desenvolvimento de capacidades empresariais, em treinamento e em saúde. Essa iniciativa de política econômica criou a classe de países denominados de “primeiro mundo”, consequência da eficiência produtiva, que levou a uma maior quantidade e qualidade de bens e serviços ofertados para a população, além de aumento da capacidade de poupança que gera investimentos.

Desta maneira se consolida um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico sustentado. O principal fato deste segundo período é valorização do “capital humano” e sua subdivisão em trabalhador qualificado e empresário inovador. Para Schumpeter, “o dinamismo da economia deriva da ação do empresário inovador, que põe em prática novos processos de produção, gera novos produtos e abre novos mercados”, afirma Souza (2009 p.148).

Drucker (1994) foi um dos primeiros teóricos a entender, nos anos de 1960, que o conhecimento serviria de base para setores de produção, serviços e informações e que caberia às organizações o papel de criar conhecimento de diversas maneiras para continuarem ativas.

A partir de 1980, surge o terceiro período de desenvolvimento econômico no qual o conhecimento passa a ser valorizado como um fator de produção, e visto como necessário para a inovação. O conhecimento é um fator ilimitado, diferenciando-se dos outros recursos que são limitados. Outro recurso que passa a participar da equação do crescimento são as Instituições, interessadas na transformação do conhecimento em inovação.

Segundo Schumpeter (1982), são as descobertas e o conhecimento que, quando transformados em novas atividades produtivas lucrativas são chamados de inovação. Como os geradores da inovação são públicos e ilimitados, a inovação também o é.

De acordo com Parkin (2009, p. 566-567), dois fatores exercem um papel importante na teoria do crescimento: “1- As descobertas serem **um bem de capital** público (atendem diversas pessoas ao mesmo tempo) e 2- O conhecimento ser **um bem de capital** que não está sujeito à lei dos rendimentos decrescentes (por ser ilimitado)”.

Deste modo, o conhecimento aparece como um fator de produção, como o capital físico, o capital humano e o trabalho conclui-se que a sociedade precisa investir na geração do conhecimento,

como investe no capital fixo e na educação dos trabalhadores. Investimento em novos conhecimentos geram externalidades, porque o conhecimento não pode ser perfeitamente patenteado ou mantido secreto. Como muitas firmas podem beneficiar-se do conhecimento difundido na economia, sem ter realizado gastos em pesquisa e desenvolvimento, essa variável pode apresentar um produto marginal crescente, de acordo com Romer (1986, p. 1003).

Sendo a inovação resultado do conhecimento com propriedades ilimitadas, esta também será ilimitada. Sendo a inovação a responsável pela eficiência e eficácia na produção de bens e serviços que atendem as necessidades ilimitadas da população humana, esse fator produtivo ilimitado passa a ser fundamental para diminuir a escassez.

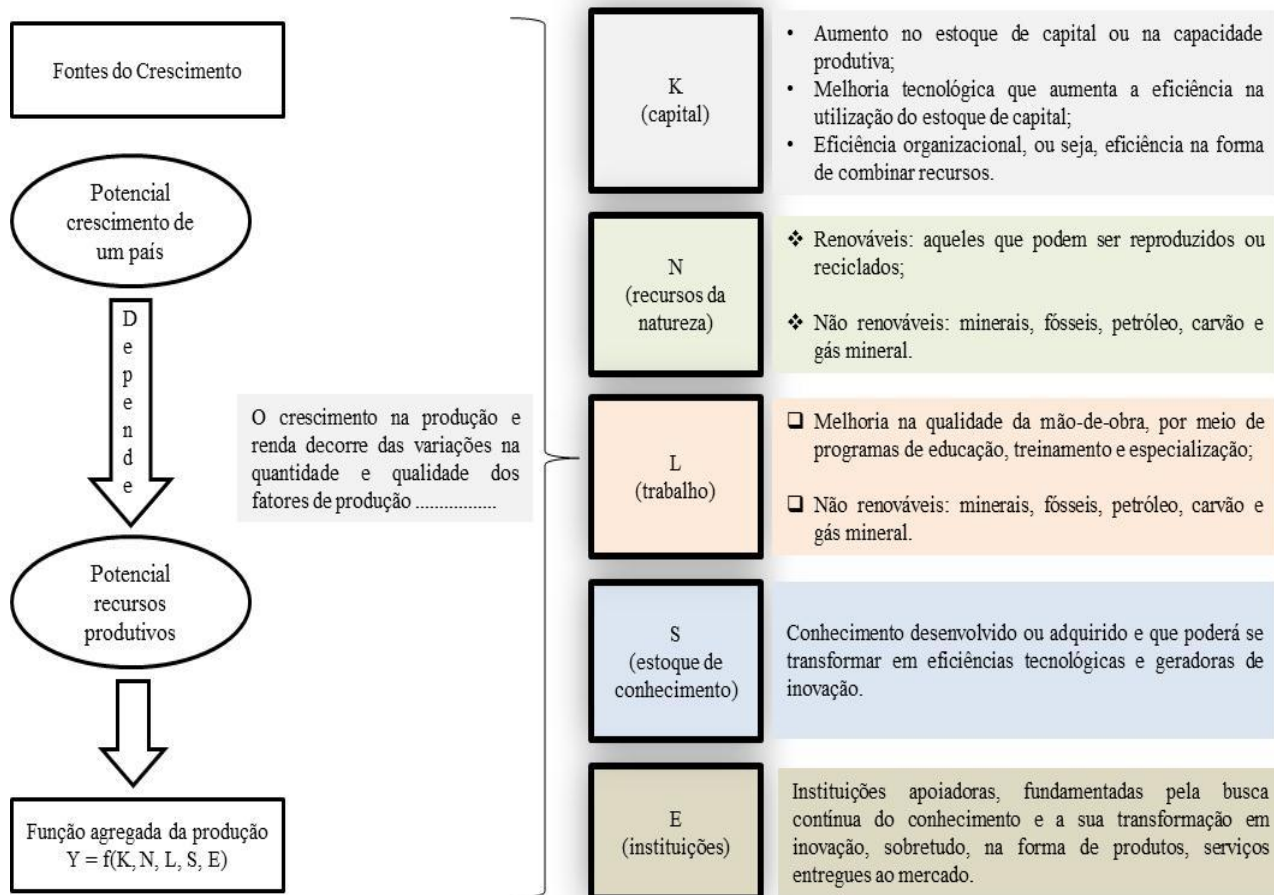
A inovação se destaca por aumentar a eficiência produtiva dos outros fatores de produção. Inovação pode ser considerada para fins deste estudo num sentido amplo, desde a utilização do conhecimento em novas formas de produzir e comercializar bens e serviços, até novas formas de as empresas se relacionarem com seus *stakeholders*, conforme sugerem Lastres e Albagli (1999).

A inovação é, geralmente, designada como tecnológica; organizacional, ou gerencial; de produtos ou processos, segundo conclui Bresciani (2004). Pode-se pensar em “inovação do fator trabalho”, “inovação do fator empresarial”, “inovação dos recursos naturais”, “inovação da tecnologia”, “inovação do capital”, ainda “inovação do processo de produção” e “inovação de serviços”.

A nova fórmula do crescimento econômico passa a ser:  $Y = f(K, N, L, S)$ , segundo a qual, o crescimento econômico (Y) depende, ou melhor, está em função (f) do capital (K); dos recursos naturais (N); do capital humano (L) e da inovação tecnológicas (S).

Souza (2009) lembra que Schumpeter identifica um novo fator de produção que denomina de (E) instituições eficientes e meio sociocultural progressista que estimulam a inovação, notadamente as Instituições Financeiras, fornecedoras de crédito. O processo de produção schumpeteriano é representado pela fórmula:  $Y = f(K, N, L, S, E)$

A Figura 4 ilustra os componentes básicos desta fórmula:



**Figura 4 – Teoria do Crescimento Econômico**

Fonte: Elaborado pelos autores. De acordo com Parkin (2009, p. 566).

A nova teoria do crescimento sustenta que o Produto Interno Bruto – PIB real per capita cresce devido às escolhas que as pessoas fazem em busca do lucro e o crescimento pode persistir indefinidamente. Paul Romer, da Universidade de Stanford, desenvolveu esta teoria durante a década de 1980, mas as ideias básicas dele remontam ao trabalho de Joseph Schumpeter durante as décadas de 1930 e 1940.

A teoria econômica moderna adiciona o estoque de conhecimento (S) e as instituições, principalmente as financeiras (E), como recursos produtivos fundamentais para o desenvolvimento econômico.

A característica das instituições progressistas (E) é resultado de uma enorme quantidade de variáveis, como por exemplo, o tipo de cultura, o predomínio religioso, ideológico, político, social, jurídico e econômico, que não fazem parte deste estudo.

Portanto, considera-se como instituições geradoras do desenvolvimento econômico o governo, as IES, as financeiras e as empresas, cada qual com seu papel, cujas interações estão descritas na Figura 4.

## 2.6 Inovação na interação ensino superior e empresa

A inovação é impulsionadora da transformação em negócios e mercados, podendo gerar diferenciais competitivos e, especialmente, desenvolvimento (Davila, Epstein, Shelton, 2006; Maniycka et al., 2007).

Considerando-se que na atualidade a economia está atrelada ao conhecimento, a inovação torna-se um dos principais fatores de produção para o desenvolvimento econômico.

O conhecimento, em todas as suas formas, desempenha hoje um papel crucial em processos econômicos. As nações que desenvolveram e gerenciaram efetivamente seus ativos de conhecimento têm melhor desempenho que as outras. Os indivíduos com maior conhecimento obtêm empregos mais bem remunerados. Este papel estratégico do conhecimento é ressaltado pelos crescentes investimentos em pesquisa e desenvolvimento, educação e treinamento e outros instrumentos intangíveis, que cresceram mais rapidamente que os investimentos físicos na maioria dos países, e na maior parte das últimas décadas (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2004, p.31).

O Manual de Oslo, elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2004, p. 33), apresenta a tipologia da inovação proposta por Schumpeter:

- Introdução de um novo produto ou mudança qualitativa em produtos existente;
- Inovação de processo que seja novidade para a indústria;
- Abertura de mercado;
- Desenvolvimento de novas fontes de suprimentos de matéria-prima ou outros insumos;
- Mudança na organização industrial.

Assim, se o conhecimento que estiver sendo gerado tiver viabilidade econômica, tornar-se-á inovação.

Saber por que as empresas inovam é respondido também por Schumpeter: elas estão em busca de lucros. Sempre que um novo conhecimento possa gerar lucro, as empresas o transformam em inovação. No caso do processo que eleve a produtividade; na inovação do produto; na inovação para defender sua posição competitiva ou em busca de vantagem competitiva; na inovação para evitar perder mercado para concorrente inovador; inovação para impor padrões técnicos superiores.

Para acompanhar as novas exigências de sobrevivência empresarial é de fundamental importância à qualificação dos indivíduos que compõem todos os agentes econômicos (governo,

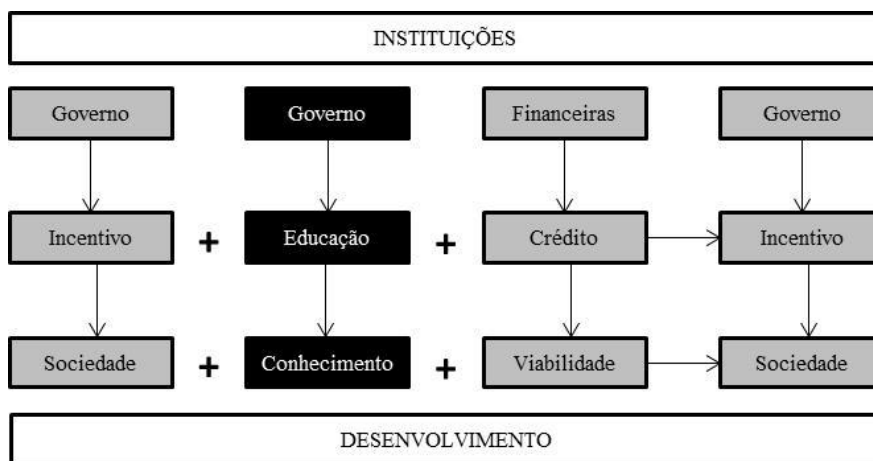
empresas, unidades familiares, demais países do mundo com suas empresas, famílias e governos), os quais precisam de gestores.

Segundo Lemos (1999, p. 122) a qualificação tem como objetivo principal, “intensificar a capacidade das pessoas de aprender e transformar esse aprendizado em fator de competitividade para os agentes, que compõe o sistema econômico [...]”. Assim, esta fase de intenso acúmulo de conhecimento delinea um novo conjunto de premissas nas quais se baseia a Economia Baseada no Conhecimento ou, mais especificamente, baseada no Aprendizado.

A empresa é o principal agente econômico de inovação, as IES e os centros de pesquisa são os principais agentes geradores de ciência. Sobre isso, Guimaraes (2000, p. 122), baseado nas palavras de Rosenberg, considera que ciência e tecnologia são instâncias diferentes, porém, “não são independentes e se fertilizam mutuamente”. Descatando ainda que, “são inúmeros exemplos de avanços da ciência básica viabilizados por inovações tecnológicas assim como novas tecnologias surgidas de novos conhecimentos científicos”.

No SNI - Sistema Nacional de Inovação, as interações das produções científicas e tecnológicas desempenham importante papel para geração de processos inovativos. Suzigan; Albuquerque; Cario (2011, p. 9) concluem que “as universidades e os institutos de pesquisa produzem conhecimentos científicos que são absorvidos pelas empresas, e estas acumulam conhecimento tecnológico, fornecendo questões para elaboração científica”.

A Figura 5 apresenta o papel dos agentes.



**Figura 5** – Instituições geradoras de desenvolvimento econômico

Fonte: Elaborado pelos autores

Na Figura 5 é possível observar o papel do governo, por meio do MCT&I - Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, ao incentivar à inovação como citado na Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, conhecida como Lei da Inovação, em define Instituições Científicas e Tecnológicas

em parceria com as agências de fomento à pesquisa, fornecendo incentivos financeiros a empresas nacionais e entidades sem fins lucrativos, destinados a pesquisa e desenvolvimento, que nesta figura são parte da sociedade.

Rezende (2011) cita o papel do governo no PACTI - Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional - implantado entre 2007-2010.

As IES se beneficiam destes incentivos à medida que atendem alunos que são financiados por incentivos como o FIES e o PROUNI. As empresas com estímulos à inovação, como o FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005 (Lei do Bem) em seu capítulo III define os incentivos fiscais que podem ser utilizados por pessoas jurídicas ligadas a inovação tecnológica. Pode-se observar na figura que a inovação não é fator único e isolado que depende apenas de invenções tecnológicas, existem outras condições amarradas no processo de geração do desenvolvimento econômico do País.

### 3. MÉTODO DE PESQUISA

O objetivo da pesquisa é verificar na área das ACT e nos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão, quais IES oferecem disciplinas que destacam o termo “inova”, bem como conhecer as referidas ementas e bibliografias. Optou-se pela realização de pesquisa do tipo exploratória utilizando o método de pesquisa documental.

Considerando-se o pouco conhecimento acerca do tema, essa pesquisa classifica-se como exploratória, segundo Selltiz et al. (1965).

De acordo com Gil (2010, p.147), “[...] a pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados. Exemplos clássicos dessa modalidade de registro são os documentos elaborados por agências governamentais”, sendo utilizado nesta pesquisa o documento e-MEC, o qual possibilitou a identificação de todas as IES brasileiras e, a partir daí, a busca por seus respectivos *websites*.

Para a coleta de dados, com base em Calliyeris e Las Casas (2011), foi configurado um método de pesquisa diferenciado via *websites*, com baixo custo de pesquisa e acessível a qualquer pessoa como fator de validação do próprio método amigável e dinâmico utilizado nesta pesquisa.

Utilizou-se a indicação de Bardin (2009) para a realização de pré-análise, a qual contou com a fase de leitura flutuante para que se definissem os documentos utilizados, com posterior preparação do material, com foco nos objetivos traçados. Foram definidos os recortes de interesse da pesquisa, a



categorização e a codificação, o que deu ao estudo um caráter qualitativo, conectado ao quantitativo, quando do uso de técnicas estatísticas, conforme sugere Richardson (1989).

O procedimento de coleta de dados foi realizado com base inicial no *download* dos dados do *site* do Ministério da Educação, e-MEC, em junho de 2011, com data de corte em 01/09/2011, onde se procurou identificar todas as IES brasileiras cadastradas no sistema. O resultado obtido foi baixado para uma planilha Excel para o tratamento de dados inicial, onde constaram 2.667 registros de IES brasileiras.

Como o objetivo da pesquisa envolve a análise de cursos e suas disciplinas, foi necessário o *download* de outro arquivo complementar denominado “Consulta Avançada por Curso”, onde constaram 34.606 registros de cursos existentes no País, dentro do escopo de objeto de estudo.

A pesquisa documental permitiu selecionar, organizar e tratar os dados de interesse de forma que pudessem ser agrupados e interpretados, como orientam diversos autores. (Silva, Grigolo, 2002; Beuren, Longaray, 2003).

O passo seguinte foi a criação de um banco de dados utilizando-se a ferramenta MS-Access 2010, para o tratamento do volume de dados coletado. Cabe esclarecer que são três as dimensões de coleta de dados utilizadas neste trabalho: coleta de dados de IES; coleta de dados de cursos e; coleta de dados das disciplinas de cada curso.

Pela natureza do trabalho somente as IES com *site* disponível no momento da pesquisa foram considerados como válidos (1.819). Para cada instituição de ensino superior foram relacionados os cursos encontrados (5.138). Especialmente para as disciplinas, busca-se no *Website* de cada instituição de ensino superior a validação para a inclusão das informações contidas em cada matriz curricular do curso citado no e-MEC.

Vale ressaltar que foi realizada a revisão do banco de dados em busca de inconsistências que pudessem invalidar o trabalho de levantamento e análise.

## **4. RESULTADOS**

### **4.1 Classificação e análise de dados**

Para a classificação as seguintes categorias: a) IES, b) cursos, c) disciplinas, d) ementas e, e) bibliografia. As IES foram agrupadas por localização em suas respectivas regiões geográficas.

Do total de 2.667 IES constantes no arquivo baixado do *site* e-MEC, foram selecionadas aquelas de acordo com os filtros da base de pesquisa e que publicaram cursos que apresentaram

alguma disciplina utilizando o termo "inova", considerado suficiente para que fossem encontradas as disciplinas que envolvem inovação, ou contenham os termos "innovar", "inovativo" ou similares.

Considerou-se "válidas" somente as IES ativas, com cursos dentro da área de pesquisa Administração, Ciências Contábeis e Turismo, e ainda os Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão que apresentavam o termo "inova" em alguma matriz curricular dos referidos cursos.

A Tabela 1 apresenta a classificação e seleção do universo pesquisado.

**Tabela 1-** Seleção das IES para pesquisa

<b>IES por Região</b>	<b>Encontradas</b>	<b>Selecionadas</b>	<b>%</b>
Centro oeste	271	201	74,2
Nordeste	468	323	69,0
Norte	161	112	69,6
Sudeste	1.346	852	63,3
Sul	421	331	78,6
<b>Total</b>	<b>2.667</b>	<b>1.819</b>	<b>68,2</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Verificou-se que a região do Brasil, com maior quantidade de cursos selecionados proporcionalmente é a Sul, seguida da região Centro-oeste. Também, observou-se que da totalidade das IES existentes, apenas 68,2% foram selecionadas. E ainda, que, do total de 1.819 IES selecionadas, apenas 301 ofertam cursos com disciplinas que incluem o termo "inova".

A Tabela 2 mostra a seleção e a quantidade de IES, por Região e Estado.

**Tabela 2 -** IES que oferecem cursos relacionados à inovação

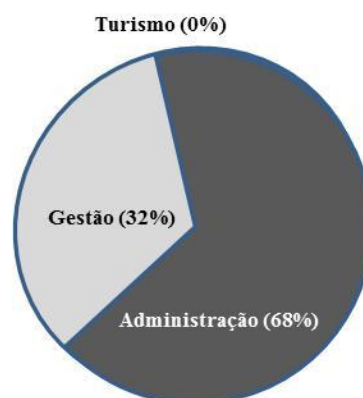
<b>Região</b>	<b>UF</b>	<b>ADM</b>	<b>CONT</b>	<b>TUR</b>	<b>CSTG</b>
Centro oeste	DF	16			2
	GO	4			5
	MS	2			2
	MT	3			2
<b>Subtotal</b>		<b>25</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>
Nordeste	AL	2			1
	BA	1			
	CE	2			
	MA	1			
	PE	8			1
	PI	1			1
	RN	3			3

	SE	2			
<b>Subtotal</b>		<b>20</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
Norte	AC	1			
	AM	5			
	AP	1			
	PA	2			1
	RO	1			1
	TO	5			
<b>Subtotal</b>		<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
Sudeste	ES				2
	RJ	1			6
	SP	63			47
<b>Subtotal</b>		<b>64</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>55</b>
Sul	PR	25			5
	RS	35		1	11
	SC	21			5
<b>Subtotal</b>		<b>81</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>21</b>
<b>Total Geral</b>		<b>205</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>95</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Ao examinar os resultados da compilação dos cursos que apresentaram o termo “inova” em qualquer disciplina do programa, nota-se que os estados de Minas Gerais (MG), Paraíba (PB) e Roraima (RR) não apresentam IES com cursos que contenham os termos pesquisados.

No total de 301 cursos com disciplinas relacionadas ao termo “inova”, para a área de Ciências Contábeis não foram encontrados registros. Na área de Turismo identificou-se apenas um curau, para a área de Gestão 95 e para Administração 205 registros de cursos. A Figura 6 oferece a distribuição dos dados da Tabela 2.



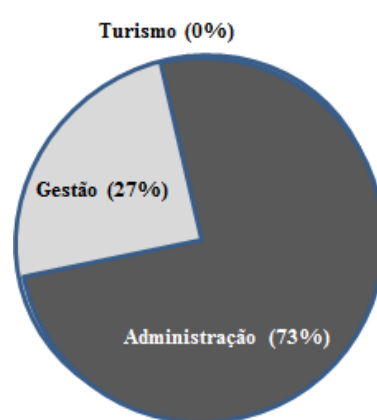
**Figura 6** – Cursos que apresentam disciplinas com o termo “inova”

Fonte: Dados da pesquisa

Nesta fase da pesquisa o curso de Turismo foi descartado, por não apresentar ementa e nem bibliografia da disciplina. Dos 103.709 registros de disciplinas dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Turismo, e Gestão, 301 disciplinas com o termo “inova” foram selecionadas, representando 0,29% do universo pesquisado.

Ao refinar a consulta com os registros selecionados, chegou-se ao resultado de que 26 disciplinas (8,67%) apresentaram ementas e bibliografias com algum conteúdo relacionado à inovação.

A Figura 7 apresenta a distribuição.



**Figura 7** – “Cursos superiores relacionados com inovação”

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Figura 7, das 26 disciplinas identificadas como relacionadas tema inovação, observa-se que 19 (73%) são contempladas nos cursos de Administração, 7 (27%) nos cursos de superiores de tecnologia em Gestão.

Na análise das ementas dessas 26 disciplinas, verificou-se a inexistência de assuntos relacionados à experiência prática produzida nas empresas. As disciplinas permaneceram no campo conceitual, não havendo menção às práticas organizacionais.

Na análise da bibliografia utilizada, conforme mostrado na Tabela 3, estabeleceu-se o *ranking* das referências mais citadas, destacam-se:

**Tabela 3** - *Ranking* das referências mais citadas

Quantidade de Referências	Obra Citada
10	BESSANT, John; TIDD, Joe. <b>Inovação e empreendedorismo</b> . Porto Alegre: Bookman, 2009.
9	TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. <b>Gestão da inovação</b> . 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

9	TIGRE, Paulo Bastos. <b>Gestão da inovação</b> : a economia da tecnologia do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
6	CORAL, Eliza. <b>Gestão integrada da inovação</b> : estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009
6	DAVILA, Tony; EPSTEIN, Marc J.; SHELTON, Robert. <b>As regras da inovação</b> . Porto Alegre, Bookman, 2007.
5	BERNARDI, Luiz Antônio. <b>Manual de empreendedorismo e gestão</b> : fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2010.
5	COUTINHO, L. et all. <b>Estudo da competitividade da indústria brasileira</b> . Campinas: Papyrus, 1994.
5	DRUCKER, Peter F. A nova sociedade das Organizações. In: Aprendizagem Organizacional: Gestão de Pessoas para Inovação Contínua. <b>Harvard Business Review Book</b> . Rio de Janeiro: Campus, 2000.
5	OCDE (1997). <b>Manual de Oslo</b> : proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. Traduzido em 2004 pela FINEP. Disponível no site: ( <a href="http://www.finep.gov.br/imprensa/sala_imprensa/manual_de_oslo.pdf">http://www.finep.gov.br/imprensa/sala_imprensa/manual_de_oslo.pdf</a> )
5	OECD (2002) <b>Proposed standard practice for surveys of research and experimental development</b> — Frascati Manual. Disponível em: ( <a href="http://www.lmt.lt/PROJEKTAI/TEKSTAI/Frascati.pdf">http://www.lmt.lt/PROJEKTAI/TEKSTAI/Frascati.pdf</a> )
265	Outros

Fonte: Dados da pesquisa

Ressalta-se a participação das obras da OCDE nas referências bibliográficas que ocupam o 9º e o 10º lugares, com 10 referências nos cursos que apresentam ementas e bibliografias relacionadas ao tema “inova”. Observa-se na Tabela 3 a citação de somente uma obra estrangeira.

A Figura 8 complementa a análise de obras citadas nas referencias dos cursos.



**Figura 8** – Análise das obras citadas nas referências bibliográficas

Fonte: Dados da pesquisa

A Figura 8 mostra que as bibliografias relacionadas com inovação, mais citadas em um universo de 330 obras, são representadas pelas 10 mais citadas nesta pesquisa.

## 5. CONCLUSÃO

A pesquisa objetivou identificar, dentre as IES brasileiras cadastradas no sistema e-MEC, quantas oferecem cursos de Administração, Ciências Contábeis, Turismo e Gestão, que apresentam o termo “inova” no nome da disciplina.

Foram encontradas 2.667 IES cadastradas no sistema e-MEC, sendo que destas 301 (11,28%) apresentam os termos inovar ou inovação nas disciplinas divulgadas nos *websites* das referidas IES, quando publicam as matrizes curriculares dos cursos de Bacharelado em Administração, Ciências Contábeis, Turismo e Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão.

Em contrapartida, nota-se que do universo de 2.667 IES, 449 ou não têm *site* ou disponibilizam *hiperlinks* para matriz curricular de curso sem apresentar informações.

Quando da busca por ementas e bibliografia dessas disciplinas, observa-se que uma delas não é divulgada, especificamente a do curso de Turismo, o qual foi descartado.

Ressalta-se que nos cursos de Ciências Contábeis não foi encontrada nenhuma disciplina intitulada com o termo pesquisado.

Os *sites* pesquisados tratam a informação inovação nas disciplinas constantes em suas matrizes curriculares de forma superficial. Foram encontradas situações que não estabelecem ligação entre o informado no título da disciplina, a ementa do curso e a bibliografia. Provável justificativa para escassez de disciplinas com conteúdo ligado a inovação nos cursos superiores pesquisados, pois, há pouca ou nenhuma divulgação pública de ementas e bibliografias nestas disciplinas.

Os resultados desta pesquisa não mostraram o uso de inovação nos sites das IES de forma suficiente a esclarecer o conteúdo pesquisado para a maior parte do universo pesquisado. Nota-se claramente um vazio nos sites de divulgação e informação sobre os cursos de maneira padronizada ou minimamente regrada para que os interessados possam identificar claramente os cursos e disciplinas que as IES oferecem. A instabilidade dos padrões visuais observados aparenta grande descaso e pouca ou quase nenhuma preocupação com informações objetivas para os interessados em ingressar nos cursos oferecidos independentemente de ser Administração, Ciências Contábeis, Turismo ou Gestão.

A relação da inovação com as “instituições”, notadamente as financeiras e educacionais é fundamental para a geração do desenvolvimento econômico na teoria econômica contemporânea.

As empresas são as instituições responsáveis pela viabilização da inovação, portanto todo o capital humano que a compõem deve ser preparado para implantar, gerenciar, renovar, estimular o inovar, viabilizar a inovação, a cada um em sua área do saber.



Sugere-se para pesquisas futuras, levantamento e tabulação de registros históricos que contemplem as estatísticas de evolução do que está sendo apresentado ao público nos projetos pedagógicos dos cursos oferecidos.

## REFERÊNCIAS

- Ações de CT&I. (2012). Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Acesso em 07 de fevereiro de 2012 em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/73409.html>.
- Almeida, L. C. B. (2012). *Introdução ao direito econômico*. São Paulo: Saraiva.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barrett, R. (2006). *Building a Values-Driven Organization*. Edinburgh: Butterworth-Heineman.
- Bertero, C. O., Caldas, M. P., Wood Jr, T. (2005). *Produção científica em administração no Brasil: o estado da arte*. São Paulo: Atlas.
- Beuren, I. M.; Longaray, A. A. (2003). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas.
- Bresciani, L. P. (2004). Inovação e trabalho: bases conceituais e desenvolvimento regional no grande ABC. *Caderno de Pesquisa Pós Graduação*, São Caetano do Sul, v. 5, n. 10, p. 22-32.
- Calliyeris, V. E.; Las Casas, A. L. (2011). A Utilização do Método de Coleta de Dados via Internet na Percepção dos Executivos dos Institutos de Pesquisa de Mercado atuantes no Brasil. In: *Anais do III ENADI. Encontro de Administração da Informação. Anais Eletrônicos*. Rio Grande do Sul: ENADI.
- Corrêa, R. M. (2012). *Os níveis de consciência organizacional sob a perspectiva da responsabilidade social*. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- Davila, T.; Epstein, M.; Shelton, R. (2006). *Making innovation work, how to manage it, measure it, and profit from it*. Upper Saddle River: Wharton School Publishing.
- Drucker, P. F. (1970). *Prática de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Drucker, P. F. (1994). *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira.
- Gil, A. C. (2010). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed., 3ª reimpr.). São Paulo: Atlas.
- Guimarães, F. C. M. S. (2000). A Política de Incentivo à Inovação. Inovação, Desenvolvimento Econômico e Política Tecnológica. *Revista Parcerias Estratégicas*, n. 9, Out. Acesso em 30 de janeiro de 2012 em [http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/article/viewFile/120/114](http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/120/114).
- Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados*. (2011). Ministério da Educação e da Cultura. MEC 2011. Acesso em 31 de agosto de 2011.
- Langoni, G. (1975) *Economia da Transformação*. Rio de Janeiro: J. Olympio.

Lastres, H. M. M., Albagli, S. (org). (1999). *Informação e Globalização na era do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus.

Lei nº 10.973 de 2 de dezembro (2004). Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Acesso em 13 de fevereiro de 2012 em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm).

Lei nº 11,196 de 21 de novembro (2005). Institui o Regime Especial de Tributação [...] e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 nov. 2005. Acesso em 13 de fevereiro de 2012 em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm).

Lei nº 11,540 de 12 de novembro (2007). Dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; altera o Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 nov. 2007. Acesso em 13 de fevereiro de 2012 em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11540.htm).

Lemos, C. (1999). Inovação na era do conhecimento. In: Lastres, H. M., Albagli, S. (org). *Informação e Globalização na era do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus.

Manyicka, J. M., Roberts, R. P., Sprague, K. L. (2007, December). Eight Business Technology Trends to Watch. *McKinsey Quarterly*. Acesso em 26 de fevereiro de 2009 em [http://www.mckinseyquarterly.com/Eight\\_business\\_technology\\_trends\\_to\\_watch\\_2080](http://www.mckinseyquarterly.com/Eight_business_technology_trends_to_watch_2080).

Martinez, M. C., Paraguay, A. I. B. B. (2003). Satisfação e saúde no trabalho – aspectos conceituais e metodológicos. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 6, p. 59-78. Acesso em 11 de dezembro de 2011 em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpst/v6/v6a05.pdf>.

Parkin, M. (2009). *Economia* (8. ed.). São Paulo: Addison Wesley & Pearson.

*Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica*. (2004). In: Manual de Oslo (2ª ed.). (Paulo Garchet, Trad.). Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Brasília: FINEP, 2004. Acesso em 23 de novembro de 2011 em <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4639.html>.

Rezende, S. M. (2011). Produção científica e tecnológica no Brasil: conquistas recentes e desafios para a próxima década. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 51, n. 2, Abr. 2011. Acesso em 01 de abril de 2012 em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902011000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902011000200007&lng=en&nrm=iso).

Richardson, R. J. (1989). *Pesquisa Social: métodos e técnicas* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

Romer, P. M. (1986). Increasing returns and long-run growth. *Journal of Political Economy*, v. 94, n. 5.

Romer, P. M. (1994). The origins of endogenous growth. *Journal of Economic Perspectives*, v. 8, n.1, Winter.

- Schumpeter, J. A. (1982). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural.
- Selltiz, C., et al. (1965). *Métodos de Pesquisa das Relações Sociais*. São Paulo: Herder.
- Silva, M. B., Grigolo, T. M. (2002). Metodologia para Iniciação Científica à Prática da Pesquisa e da extensão II. *Caderno Pedagógico*. Florianópolis: UDESC.
- Siqueira, T. V. (2003, junho). Os Clusters de Alta Tecnologia e o Desenvolvimento Regional. *Revista BNDES*. Rio de Janeiro: v. 10, n. 19, p. 129-198.
- Souza, N. J. (2009). *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas.
- Soster, T. S. (2011). *O uso da tecnologia da informação e comunicação no processo de ensino e aprendizagem: estudo de um curso superior na área de Administração*. Dissertação Mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Acesso em 22 de novembro de 2011 em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/8149>.
- Suzigan, W, Albuquerque, E. M., Cairo, S. A. F. (Org.). (2011). *Em Busca da Inovação: Interação universidade-empresa no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Tidd, J., Bessant, J., Pavitt, K. (2008). *Gestão da Inovação* (3ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Wilber, K. (2010). *Transformações da Consciência: o espectro do desenvolvimento humano*. São Paulo: Cultrix.

**THE TEACHING OF "INNOVATION" IN BUSINESS ADMINISTRATION, ACCOUNTING, TOURISM AND TECHNOLOGY MANAGEMENT: AN EXPLORATORY STUDY IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS**

**ABSTRACT**

The contemporary literature in Business Administration emphasizes the relevance of teaching innovation to future business administration professionals, in order to provide them with capacity to manage technological change environments. Aiming to contribute to this debate this article presents an exploratory study addressed to identify if Higher Education Institutions certified by CAPES in Brazil, in Business Administration – at undergraduate and technological levels - Accounting and Tourism offer courses that include Innovation as a discipline or a topic within a discipline. Methodological procedures include a comparison among the programme contents and related references. To reach a reliable database, through data mining techniques, data collection was based on Higher Education Institutions websites, and the e-MEC Database. The theoretical foundations are based on the concept of Economics Sciences, in special on the Theory of Endogenous Growth and Schumpeterian concepts of innovation-based industrial economy. As a result, it was observed the existence of a gap between perceived urgency of teaching innovation to the future Business Administration professionals and the contents of Management Sciences Programmes. The collected data makes possible to assume that teaching innovation is not a priority in Business Administration and in Management Sciences, which leads to the conclusion that is the lack of contents related to innovation process and innovation management that creates a gap in the managerial skills, making it difficult to the future Business Administration professionals to apply Management Theories in innovative business environments.

**Keywords:** Innovation; Business Administration; Higher Education; Knowledge.

---

Data do recebimento do artigo: 20/08/2012

Data do aceite de publicação: 28/11/2012